

# O FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL EM TEMPOS DE AJUSTE FISCAL: CRÍTICA AS IMPLICAÇÕES

Fabrcio Rodrigues da Silva;<sup>1</sup> Evandro Nogueira de Oliveira;<sup>2</sup> Adriana Alves da Silva;<sup>3</sup> Maria Bonfim Carmo Mascena.<sup>4</sup>

**RESUMO:** O contexto atual tem evidenciado a efervescência das conseqüências advindas da crise contemporânea do capital na realidade brasileira, em tempos de capital financeiro mundializado. Materializa-se no contexto nacional uma dura agenda de ajuste fiscal assumida pela política econômica, que tem subordinado as políticas sociais e públicas aos ditames da agenda neoliberal, hegemônica no Estado brasileiro. O ensino superior público tem sido alvo das medidas de ajuste fiscal, tais como os cortes e os contingenciamentos dos gastos. Assim, o objetivo deste artigo é analisar as implicações causadas pelas medidas de ajuste fiscal no financiamento do ensino superior, observando o orçamento das universidades federais nos últimos onze anos (2008 – 2018). Para tanto, realizou-se uma discussão teórica a partir de uma revisão de literatura e uma pesquisa documental em relatórios financeiros sobre orçamentos relacionados ao ensino superior no período destacado. Tem como método de análise o materialismo histórico dialético para analisar a realidade contraditória brasileira em que as disputas de classe se arraçam no âmbito da mediação realizada pelo Estado. Possui natureza descritiva e exploratória e de caráter quantitativa. Concluímos que as medidas de ajuste fiscal adotadas pelo Estado brasileiro nos últimos anos estão provocando um desfinanciamento de caráter continuado e intensivo no orçamento das universidades federais do Brasil, através das medidas de cortes e contingenciamento dos gastos, ao mesmo tempo em que se intensifica o pagamento dos juros e amortização da dívida pública federal, revelando a discrepância entre os valores investidos no ensino superior e os valores gastos com a dívida pública.

**Palavras-chave:** Fundo público. Ajuste fiscal. Educação Pública. Ensino Superior.

**ABSTRACT:** The current context has evidenced the effervescence of the consequences arising from the contemporary crisis of capital in the Brazilian reality, in times of globalized financial capital. A hard-fiscal adjustment agenda assumed by economic policy is materialized in the national context, which has subordinated social and public policies to the dictates of the neoliberal agenda, hegemonic in the Brazilian State. Public higher education has been the target of fiscal adjustment measures, such as spending cuts and contingencies. Thus, the aim of this article is to analyze the implications caused by fiscal adjustment measures in higher education funding, observing the budget of federal universities in the last eleven years (2008 – 2018). To this end, a theoretical discussion was conducted based on a literature review and a documentary research in financial reports on budgets related to higher education in the highlighted period. Its method of analysis is dialectical historical materialism to analyze the Brazilian contradictory reality in which class disputes are increased in the context of mediation carried out by the State. It has descriptive and exploratory nature and quantitative character. We conclude that the fiscal adjustment measures adopted by the Brazilian State in recent years are causing a continuous and intensive refinancing in the budget of federal universities in Brazil, through the measures of cuts and contingency of spending, while intensifying the payment of interest and amortization of federal government debt, revealing the discrepancy between the amounts invested in higher education and the amounts spent on public debt.

**Keywords:** Public Fund. Fiscal Adjustment. Public Education. Higher Education.

<sup>1</sup> Assistente Social e metrando em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Especialista em Ciências da Educação e Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS. Professor da Graduação em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. E-mail: fabricioico@hotmail.com;

<sup>2</sup> Professor do Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS. Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – POSEDUC/UERN. E-mail: evandronogueira@fvs.edu.br;

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professora da Graduação em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. E-mail: adriana.as.ce@gmail.com;

<sup>4</sup> Professora do Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS. Vice – coordenadora do Laboratório Interdisciplinar em Estudos Organizacionais e do Trabalho (LIEOT - UNIVS). Mestre em Administração pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. E-mail: mariabonfim@fvs.edu.br.

## INTRODUÇÃO

A educação pública do Brasil tem experimentando, na atualidade, um intensivo ataque de natureza sistêmica que afeta todos os seus níveis e modalidades de oferta. Da educação de base ao ensino superior, são perceptíveis os cortes que se materializam nos orçamentos, com desvalorização dos professores, diminuição das condições mínimas de oferta, da não expansão do ensino e em muitas outras questões que rebatem significativamente na qualidade de ensino e até mesmo, tornando inserto o futuro da educação. Analisar este processo de desvalorização da educação brasileira requisita fazer conexões a processos macroestruturais, tendo em vista que a situação atual do Brasil é explicada, do nosso ponto de vista metodológico, a partir da sua posição de economia capitalista dependente, portanto, este assume uma postura específica diante da crise contemporânea do capital, refuncionalizando o papel do Estado na busca de medidas que possam socorrer o capital em crise. Discutiremos mais na frente como tem se materializado estes apontamentos, a partir de uma compreensão crítica da realidade concreta.

Assim, tem se constituindo como um dos principais alvos deste processo de ataques o ensino superior público, tanto por questões ideológicas, bem como, pelos interesses econômicos capitalistas. Portanto, é na agenda de ajuste fiscal assumida pela política econômica do Estado brasileiro a partir dos anos 90 e intensificada na atualidade que encontramos as bases fundamentais que sustentam o desfinanciamento do ensino superior, tendo em vista que o Estado tem se comprometido a socorrer o capital em detrimento das políticas públicas e sociais destinadas a nação brasileira.

Considerando estas determinações, constitui-se como objeto deste estudo o ajuste fiscal assumido pelo Estado brasileiro em tempos de crise do capital e as implicações no financiamento do ensino superior. Assim, objetivamos neste artigo analisar as implicações causadas pelas medidas de ajuste fiscal no financiamento do ensino superior, observando o orçamento das universidades federais nos últimos onze anos (2008 – 2018). A problemática central deste estudo é: de que forma as medidas de ajuste fiscal que o Estado brasileiro adotou nos últimos onze anos causam implicações para o financiamento das universidades federais na atualidade? Assim, buscaremos identificar e problematizar as medidas de ajuste fiscal assumidas no Estado brasileiro no referido período, bem como, diagnosticar e problematizar o desfinanciamento público, com recorte no ensino superior.

Para construção deste artigo, recorreremos a uma revisão de literatura e uma pesquisa documental em relatórios financeiros sobre os orçamentos relacionados ao ensino superior no período de 2008 a 2018. Temos como método o materialismo histórico dialético<sup>5</sup>, por entender a necessidade

---

<sup>5</sup> “[...] o método na dialética de Marx está rigorosamente colado na ontologia. Não existe método sem ontologia” (CHASIN, 1987, p. 43-44). Nestes sentindo, esta observação valiosa requisita uma explicação fundamental, relacionada

de analisar a realidade contraditória brasileira em que as disputas de classe se arraçam no âmbito da mediação realizada pelo Estado. Este artigo possui natureza descritiva e exploratória, bem como, de caráter quantitativa. Segue organizado em duas categorias de discussão, intituladas de *notas acerca das determinações contemporâneas e ajuste fiscal, desmonte do orçamento das universidades públicas e as consequências para o ensino superior*.

## **NOTAS ACERCA DAS DETERMINAÇÕES CONTEMPORÂNEAS**

Pensar a educação brasileira, objetivamente, hoje é uma tarefa que requer fazer mediações na totalidade dos processos sociais, culturais, econômicos e políticos, não só da particularidade brasileira, mas das tendências e determinações que partem da macroestrutura da ordem vigente. A crise contemporânea do capital (MANDEL, 1990) tem causado inflexões significativas no campo dos direitos sociais, das políticas públicas e sociais, de uma forma geral, observa-se uma ofensiva intensiva contra todas as aquisições progressistas e civilizatórias conquistadas arduamente. Infelizmente, esta quadra histórica tem demonstrando o recuo civilizatório em todo o mundo e, em especial, nos países de economia dependente, como no caso do Brasil, tendo como horizonte a barbárie social (NETTO, 2012). Este recuo é resultado direto do processo de transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX, marcado pelo abandono da combinação fordista-keynesiano, substituído pela combinação do regime de acumulação flexível e modo de regulação social e política neoliberal (HARVEY, 1992), tendo em vista a necessidade de acumulação do capital a partir da queda da taxa de lucros desencadeada pela crise.

Estamos hoje sob as determinações que partem do poderio econômico capitalista das economias centrais, que tem como carro-chefe o capital financeiro, em um novo estágio em que impera o roubo e a fraude, tendo em vista o estilo especulativo e predatório do capital financeiro (HARVEY, 2014). O florescimento da esfera financeira ocorre a partir da crise contemporânea do capital nos anos 70, mas, a sua intensificação, ocorre a partir da hipertrofia do capital financeiro no processo de mundialização do capital, nos anos 80 (CHESNAIS, 2005). É deste pano de fundo que

---

à ontologia, no sentido de cristalizar este entendimento, pois, como pontua Tonet (2016, p. 83) a ontologia não é uma “[...] invenção de Marx; não é um construto meramente teórico [...] mas, muito antes disso, é uma tradução ideativa, demandada pela classe trabalhadora, de uma realidade efetivamente existente”. Destarte, fica clara a impossibilidade de dissociação entre método dialético e ontologia do ser social. Logo, investigar a Educação, em especial o ensino superior, através deste método, partindo, portanto, da incomprimível premissa da luta de classe (porque ontológica!), é enaltecer e manter viva a racionalidade classista (trabalhadora) indicada em Marx, como resistência dentro do capitalismo. Neste sentido, o materialismo histórico dialético considera a forma de abordar os fenômenos da natureza e seu método de estudar esses fenômenos, bem como de concebê-los de forma dialética, além de que, sua interpretação dos fenômenos da natureza, seu modo de focalizá-los, e a sua teoria, é materialista (MARX, 2008).

partem todos os retrocessos globais, sobretudo, contra os direitos da classe trabalhadora, incluindo a educação, atingindo de forma mais incisiva os países dependentes, incluindo o Brasil.

A educação de uma forma geral e também na particularidade brasileira se constitui como uma das grandes conquistas civilizatórias no campo dos direitos, sobretudo, da classe trabalhadora brasileira, tendo em vista que, historicamente, esta foi renegada aos menos favorecidos, prevalecendo durante muito tempo o acesso somente daqueles que estavam inseridos em extratos sociais mais privilegiados da sociedade, fato este que muda com o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, e, sobretudo, com a redemocratização da Educação Brasileira, já que o avanço do desenvolvimento das forças produtivas requer, necessariamente, a qualificação da mão de obra para acompanhar o crescente processo de tecnificação e modernização dos processos de produção, bem como, das novas formas de atuação requisitadas graças aos avanços tecnológicos (LIMA, LIMA, 2019).

Assim, com a revolução industrial, o advento da sociedade moderna e o estágio monopolista do capital, possibilitaram o alargamento das possibilidades de inclusão da classe trabalhadora nos processos educacionais, mas, este fato também contou com grandes doses de reivindicação e correlação de forças advindas da classe trabalhadora, portando, faz da educação um produto histórico de conquista e que no Brasil é somente registrada no século XX e alargada no processo de democratização brasileira pós 1985, onde, por exemplo, a força dos movimentos sociais e dos trabalhadores foi suficientemente capaz de reivindicar o acesso das classes subalternas ao ensino superior (LIMA, LIMA, 2019).

Nesta dinâmica, o acesso ao ensino superior carrega consigo estas determinações, mas que representam um avanço civilizatório, especialmente, porque pensamos o acesso à educação não somente como capacitação para o trabalho, mas sobretudo, como possibilidade de romper com as amarras conservadoras que alienam e que garantem a hegemonia do capital sobre o trabalho, já que a educação “consiste na busca em capacitar os indivíduos a reagir adequadamente aos acontecimentos e situações novas e imprevisíveis que vieram a ocorrer em sua vida (LUKÁCS, 2013, p.176). Por isso, o ingresso das classes subalternas na educação e, em especial, na universidade representam hoje, uma grande ameaça a classe dominante, tanto que, tem sido evidente o grande ataque a estas instituições, como discutiremos a seguir. Projetos como o “escola sem partido”, denominação dada a um projeto, que em tese, visa afastar a escolas de pensamentos, principalmente as relacionadas às questões de gênero, que o setor conservador julga estar intimamente associado ao ensino brasileiro. Já num outro aspecto, surge o projeto “future-se”, complexo em sua gênese, mas que em síntese está relacionado à entrada do setor privado no gerenciamento do ensino público.

Os vastos cortes e contingenciamento nos orçamentos e demais propostas contra a universidade representam hoje o nível de organização e articulação do conservadorismo e do neoliberalismo no Brasil. Assim, o acesso ao ensino superior pode significar caminhos distintos – de um lado, atendendo somente os aspectos mercadológicos e, do outro, como instrumento de emancipação humana e construção crítica de consciência política –, portanto, devemos pensar e refletir acerca da função social da educação ofertada neste nível de ensino, assim, como aponta Maceno (2017, p.91) a “função social de atuar na direção da construção do indivíduo como membro de gênero e, por esse intermédio, mediar o processo de reprodução social”.

Hoje, a educação brasileira sofre um amplo processo de ataques e que possuem uma dimensão sistêmica, já que as ofensivas são registradas em todos os níveis e modalidades de oferta e, em especial, no ensino superior. Seja a educação de base, média, profissionalizante e universitária, todas estão passando por um processo de desvalorização, que partem, do nosso ponto de vista metodológico, de uma orientação que é de natureza dupla, uma advinda do bloco conservador, por não aceitar o acesso à educação, sobretudo crítica, das classes subalternadas tendo em vista o seu processo de controle ideológico, cultural e de costumes; e outra, do bloco neoliberal, já que a educação pública se mantém através dos recursos públicos, estes, almejados pelo capital como possibilidade de saída da crise, tendo em vista o processo de captura do fundo público pelo capital (SALVADOR, 2010). Fato que se evidencia pelo arrocho do ajuste fiscal assumido pelo Estado no Orçamento Fiscal, já que o financiamento da educação é garantido constitucionalmente, com vinculação mínima de 18% das receitas dos impostos arrecadados pela União e 25% dos impostos arrecadados pelos estados, municípios e distrito federal.

Portanto, interessa a liberação destes recursos para sua transferência ao capital financeiro, através de um dos mecanismos mais avassaladores que atormentam os países: o sistema da dívida pública. Para Salvador (2017, p. 430), “na disputa do fundo público, os juros da dívida pública pagos pelo orçamento estatal são os principais alimentadores do Capital Portador de Juros e do capital fictício”. No Brasil, segundo Teixeira (2017, p. 109), em 2016, apesar de todas as despesas com juros e amortização da dívida, não tem sido possível conter o refinanciamento da dívida pública brasileira: “[...] no ano de 2015 correspondeu ao montante de R\$ 571,6 bilhões, equivalente a 25,8% do orçamento geral da União [...] também não provocaram a redução do tamanho do estoque da dívida pública federal, que alcançou R\$ 3,1 trilhões em 2016...”. A situação piora quando observamos o quanto foi pago ao capital com juros e amortização da dívida pública federal, nos 2016 e 2017:

Em 2016, pagamos 1 trilhão, 130 bilhões, 149 milhões e 667 mil reais – isso corresponde a 3 bilhões por dia! Em 2017, foram 986 bilhões, 110 milhões, 833 mil reais – o que corresponde a 2,7 bilhões por dia. Apesar dessa constante sangria dos cofres públicos, a “dívida pública” continua crescendo: em dezembro de 2017, a dívida interna federal, ou seja, o que o Estado

devia aos investidores/capitalistas nacionais, era de 5 trilhões, 94 bilhões, 970 milhões e 665 mil reais e a dívida externa total, em dezembro de 2017, era de 550 bilhões, 775 milhões e 126 mil dólares (LIMA, LIMA, 2019, p. 52).

Vivemos numa quadra histórica em que são inúmeras as ofensivas contra a educação pública ao tempo em que se acirra a disputa pelo fundo público, colocando em risco as conquistadas garantidas através dos seus marcos reguladores legais, tais como os artigos que tratam da educação na Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei N.º 9.394/96. Assim, tem sido alarmante a intensificação da destruição dos estatutos que regulam a proteção dos direitos do trabalho, transferindo do Estado, por exemplo, o direito a aposentadoria, educação e aos demais direitos sociais para o capital privado (HARVEY, 2014).

Vejamos a seguir, como esta ofensiva tem se materializado no ensino superior, a partir de uma leitura crítica sobre o desmonte que vem acontecendo no orçamento das universidades públicas federais tendo em vista a necessidade da criação de superávit primário para que seja transferida riquezas para a esfera financeira através do pagamento dos serviços e da dívida pública pagos pelo orçamento estatal e que deveriam financiar as políticas sociais e públicas, incluindo a educação, tendo em vista os recursos que estão no fundo público são compostos de mais-valor, ou seja, de trabalho excedente, apropriado pelo Estado através da extração de recursos, sejam em forma de impostos ou de contribuições sociais, como no caso do Brasil e que são produzidas socialmente pelos trabalhadores (BEHRING, 2008).

Resta observar que é partir do fracasso da universidade pública em decorrência do seu desfinanciamento que se libera também o seu espaço para que este seja transformado em nicho de investimentos privados, tendo em vista a tendência de mercantilização de serviços públicos, como consequência do processo de supercapitalização dos excedentes, já que os benefícios e serviços públicos tem se constituído como atividades rentáveis e lucrativas para o capital, transformando todos em cidadãos-consumidores da educação privada (MANDEL, 1982).

## **AJUSTE FISCAL, DESMONTE DO ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O ENSINO SUPERIOR**

Os cortes e os contingenciamentos dos gastos sociais, incluindo os relacionados à educação são implicações decorrentes da agenda de ajuste fiscal que o Estado brasileiro tem assumido, diante da conjuntura da crise do capital. Este fato evidencia a refuncionalização do Estado (HARVEY, 2014) diante das novas necessidades de acumulação do capital nesta quadra histórica, portanto, mantém-se o seu caráter de agente principal diante das condições necessárias de produção e reprodução do capital.

No Brasil, a intensa e permanente agenda de ajuste fiscal orientada pelo neoliberalismo, é decorrente a partir dos anos 90, cujo pontapé inicial, segundo Behring (2008), se dá com o amplo processo de contrarreforma do Estado em que, por exemplo, a privatização do patrimônio público e o sacrifício das políticas públicas e sociais são justificadas pela necessidade de estabilização econômica, acarretando significativos retrocessos na área social. Em tempos de cultura da crise (MOTA, 2015) os governos adotaram o tripé da política econômica, composto pelo: câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário. Essas determinações e prioridades são suficientes para subordinar as políticas públicas e sociais a política econômica, portanto, limitando os gastos sociais e priorizando os interesses econômicos, tendo em vista que a necessidade de aumentar a confiança dos credores no Brasil em detrimento do bem-estar da própria nação. Portanto, a partir dos anos 90, todos os governos<sup>6</sup> celebraram e executaram a agenda neoliberal, apesar das significativas diferenças existentes entre cada bandeira partidária, assumindo alguns deles, posturas mais violentas e outras mais conciliáveis.

A partir disso, uma das principais medidas de ajuste fiscal usadas no âmbito do financiamento das universidades federais é o contingenciamento<sup>7</sup> das despesas previstas no orçamento tendo em vista a justificativa de não haver receitas suficientes para manter os gastos.

Observemos que na série histórica apresentada na tabela 01 – abaixo apresentada -, dos orçamentos previstos nos onze (11) anos, sete (07) anos tiveram valores contingenciados, portanto, acarretando a redução dos valores previstos quando efetivado os valores empenhados nos orçamentos anuais. São os anos de 2010, 2011, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. Até o momento não há dados concretos acerca dos valores empenhados no orçamento de 2018. Podemos observar ainda, que a partir do ano de 2014, os valores previstos nos orçamentos dos anos seguintes passam a ser menores em relação ao ano anterior, configurando-se como significativos cortes em recursos que deveriam aumentar.

Os anos de 2014 e 2015 são os que mais registraram contingenciamento tendo em vista que nestes anos, do nosso ponto de vista, se acirrou a crise econômica e política do governo de Dilma Rousseff, que intensificou as medidas de ajuste fiscal para sustentar as duras políticas anticíclicas a

---

<sup>6</sup> Fernando Henrique Cardoso – PSDB (1995-2002); Luís Inácio Lula da Silva – PT (2003-2010); Dilma Vana Rousseff – PT (2011-2016); Michel Temer – MDB (2016-2018); e, Jair Bolsonaro (2019-2023).

<sup>7</sup> Para o Ministério da Economia “O contingenciamento consiste no retardamento ou, ainda, na inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas. Normalmente, no início de cada ano, o Governo Federal emite um Decreto limitando os valores autorizados na LOA, relativos às despesas discricionárias ou não legalmente obrigatórias (investimentos e custeio em geral). O Decreto de Contingenciamento apresenta como anexos limites orçamentários para a movimentação e o empenho de despesas, bem como limites financeiros que impedem pagamento de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar, inclusive de anos anteriores. Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/o-que-e-contingenciamento>. Acesso em: 02/12/2019.

crise como medida de socorro ao capital em busca de base para sustentação do seu mandato, mas que não evitou o golpe jurídico-parlamentar proferido contra a mesma, mas não aplicado, contraditoriamente, ao seu vice Michel Temer, que ao ser empossado, deu sequência as medidas de ajuste fiscal que deixaram o Brasil mais destruído, sobretudo, com aprovação em 2016 da Emenda Constitucional N.º 95 que limita e congela os gastos sociais – incluindo os da educação – pelo período de 20 anos.

Vejamos os dados na tabela 01 a seguir como esta medida tem se masterizado na realidade:

TABELA 01 – Evolução do orçamento das universidades federais do Brasil: comparação entre valores previstos e valores empenhados (valores correntes em R\$ bilhões).

Ano	Orçamento Previsto	Orçamento Empenhado	Diferença de valores
2008	3.320.821.609	3.158.122.818	+ 162.698.791
2009	4.670.658.085	5.160.813.000	+ 490.154.915
2010	5.872.693.845	5.765.213.098	- 107.480.747
2011	8.249.306.497	7.679.152.395	- 570.154.102
2012	7.990.134.518	7.999.495.621	+ 9.361.103
2013	8.684.354.836	8.663.980.074	- 20.374.762
2014	9.015.193.932	7.783.814.658	- 1.231.379.274
2015	8.894.268.544	6.851.889.845	- 2.042.378.699
2016	7.912.694.973	7.337.586.274	- 575.108.699
2017	6.626.028.446	6.194.763.357	- 431.265.089
2018	6.026.032.574	-	-

**Fonte:** Elaboração Própria com base nos dados da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação – MEC (2018).

Uma vez constatada a trágica redução e o contingenciamento no financiamento das universidades federais, são inevitáveis as consequências para o ensino superior, por isso se faz necessário observar com precisão onde ocorre as principais implicações deste descaso. Para fins de entendimento, estes orçamentos aqui analisados são referentes as verbas consideradas não obrigatórias que o Estado repassa as universidades federais. Assim, estes orçamentos não incluem, por exemplo, os pagamentos de pensões e aposentadorias, bem como, o pagamento dos funcionários ativos que são do quadro efetivo, incluindo os docentes. Assim, estes orçamentos são de valores relacionadas ao custeio e as despesas das universidades, que são aqueles referentes ao bom funcionamento, como o pagamento da água, luz, gás, telefone, serviços terceirizados de limpeza, segurança, manutenção de equipamentos, reformas nos imóveis, compra de material e ainda, os programas que são direcionadas a permanência dos alunos, tais como auxílio-alimentação, transporte



e bolsas de pesquisa aos estudantes. Entram neste rol ainda as despesas relacionadas às obras das universidades que possibilitam a construção de novos espaços, ampliados conforme as necessidades, bem como, a compra de veículos para a instituição.

Neste sentido, é dramática a realidade das 63 universidades federais espalhadas pelo Brasil, tendo em vista que ao longo dos anos, os orçamentos se tornam cada vez menores, inviabilizando o funcionamento e o desempenho das atividades relacionadas ao ensino superior, já que ao longo dos anos as despesas tendem a aumentar, como por exemplo, o pagamento da conta de energia e água, que sofrem reajustes anualmente. Na tabela 02 a seguir, observaremos quais as principais universidades afetadas pelo contingenciamento de verbas no ano de 2017:

TABELA 02 – Contingenciamento de verbas das Universidades federais do Brasil em 2017 (em %).

Universidades	Verbas Contingenciadas
Universidade Federal do Pará	34%
Fundação Universidade Federal de Pelotas	33%
Fundação Universidade Federal do ABC	31%
Universidade Federal de Lavras	27%
Universidade Federal de São Paulo	25%
Universidade Federal de Pernambuco	23%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	22%
Fundação Universidade de Brasília	22%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	20%
Universidade Federal do Rio Grande	20%

**Fonte:** Elaboração Própria com base nos dados do G1 Educação (2017).

Como manter as obrigações e o funcionamento destas universidades com a redução brutal dos seus orçamentos que, inclusive, já estão em contínuo processo de desvalorização? Esta pergunta carece de uma resposta pautada, especificamente, no campo do gerenciamento de verbas e ampliação dos processos de valorização de acesso e permanência ao ensino superior. Assim, pensar o ensino superior de qualidade e com expansão é, sobretudo, agir, de maneira latente, em questões relacionadas aos orçamentos, isto é, valorizando-os ao decorrer dos anos e não deteriorados, como podemos observar.

A situação se tornou crítica em 2017, principalmente, nas realidades destas universidades que tiveram os maiores percentuais de verbas contingenciadas<sup>8</sup>. A partir disso, foi intensa a onda de desmonte das universidades federais, que tiveram, por exemplo, que demitir funcionários

<sup>8</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml>. Acesso em: 23/07/2019.

terceirizados bem como, congelar, reduzir e não expandir valores e bolsas de auxílio-estudantil implicando na não permanência dos alunos de baixa renda nas universidades. E quem são os alunos afetados, prioritariamente: os pobres, de escola pública, negros, indígenas, pardos, entre outros extratos empobrecidos e menos favorecidos da sociedade brasileira.

Destaca-se ainda que a realidade de 2017 já conta com um dos principais agravantes da redução dos gastos com educação, que são as implicações da limitação dos gastos sociais, tendo em vista o efeito de congelamento provocado pela Emenda Constitucional N.º 95<sup>9</sup>. A redução orçamentária das universidades federais a partir de 2017 correspondeu a 11,2% em relação a 2016 (LIMA, LIMA, 2019) Assim, este ano já é um reflexo de uma intensificação do ajuste fiscal sobre os gastos sociais que perdurará por 20 anos. Salvador (2017) afirma que a classe dominante não se conteve com todas as medidas de ajuste fiscal já adotadas pelo Estado, já que estas se tornaram aboletas frente as necessidades crescentes de acumulação do capital, sobretudo, no que se refere a formação de valores no superávit primário e que, portanto, esse Novo Regime Fiscal – NRF, aprovado pela EC/95, se configurou como sendo mais um episódio de socorro ao capital.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos apontar, a partir dos dados aqui analisados à luz do materialismo histórico dialético e do pensamento crítico, que as medidas de ajuste fiscal adotadas pelo Estado brasileiro estão provocando um desfinanciamento de caráter continuado e intensivo no orçamento das universidades federais do Brasil, através das medidas de cortes e contingenciamento dos gastos, que afetam de modo sistemático o desenvolvimento do processo educacional. A cada ano, as universidades federais estão tendo que operar com menos recursos disponíveis, isso acarreta inúmeras implicações para o ensino superior na atualidade, tais como a demissão de trabalhadores terceirizados e a não expansão de auxílios e bolsas direcionadas aos alunos – como medidas que objetivam a permanências dos alunos nas universidades, sobretudo, as camadas empobrecidas que, historicamente, têm tido direitos negados.

Este contexto é um reflexo do acirramento da luta de classes em disputa pelos recursos que compõem o fundo público do Estado brasileiro, tendo em vista a crise contemporânea do capital. Ao tempo em que as universidades sofrem com os cortes e os contingenciamentos nos orçamentos, por

---

<sup>9</sup> Em dezembro de 2016, foi aprovada a Emenda Constitucional 95, que congela o nível do gasto federal por 20 anos, podendo haver revisão depois de passados 10 anos. Essa medida é inédita no mundo, tanto pelo período de vigência quanto pela natureza dos gastos que estão congelados. Em países que tomaram medidas semelhantes, as despesas sociais foram preservadas, isto é, não foram incluídas na contensão e, por outro lado, os juros da dívida o foram. No Brasil, foi feito exatamente o contrário (MARQUES et al, 2018, p. 40).

outro lado, o Estado tem transferido parcelas significativas de recursos ao capital financeiro através do sistema da dívida pública, só em 2017 – ano em que se acirra o ajuste fiscal e o desmonte dos orçamentos das universidades devido aos efeitos da EC/95 – foram pagos com juros e amortização da dívida pública federal o valor corresponde a R\$ 986 bilhões, 110 milhões, 833 mil reais. Nos causa desconforto comparar estes valores pagos com serviços da vida pública com o orçamento empenhado as 63 universidades públicas federais, que só alcançou pouco mais de R\$ 6 bilhões em 2017.

Neste sentido, é evidente que no Brasil, as políticas públicas e sociais – especialmente a educação – são subordinadas aos distantes da política econômica que, prioritariamente tem atendido os interesses da classe dominante. Chegamos hoje desgastados com a intensa e permanente agenda de ajuste fiscal assumida pelo Estado brasileiro desde os anos 90, sob orientação do neoliberalismo em detrimento dos direitos sociais e de todas as conquistas progressistas que representam um avanço civilizatório possível, dentro da ordem do capital.

Assim, pensar a educação brasileira hoje nestas condições em que se apresentam, é pensar urgentemente estratégias de enfrentamento contra os desmontes das universidades federais, da educação pública de uma forma geral e dotas as políticas sociais, já que o bloco dominante tem avançado bastante, considerando aqui o ataque sofrido nos orçamentos e que, a partir de 2017, a tendência é que se intensifique em virtude da limitação dos gastos sociais, congelados pela EC/95 até 2036. É preciso pensar e agir de forma a reverter este quadro, certamente, só será possível através das forças que nascem das massas e que utiliza as ruas como espaço de reivindicação.

Consideramos tão recente o ingresso das camadas pobres à educação, especialmente no ensino superior. Portanto, que esta seja capaz de usar sua consciência de classe para lutar pela sua permanência nestes espaços, sendo capaz de ultrapassar os muros, que, metaforicamente, representam as barreiras históricas, culturais e econômicas importas aos sujeitos, das universidades e que nas ruas, lutem contra o conservadorismo e contra o neoliberalismo, do contrário, as amarras estarão, tão logo, nas mãos dos que ainda hoje podem escrever! Como diz uma sábia professora militante, Sara Granemann, *“precisaremos das ruas e dos estudos”*.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, E. Acumulação capitalista, fundo público e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, E. R. et al. (Orgs). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm). Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. **Orçamentos da União: exercícios financeiros 2018 – projeto de lei orçamentaria**. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. 2017. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=2ahUKEwjQgve1jczjAhV3IrkGHUD\\_DOAQFjAHegQIBxAC&url=http%3A%2F%2Fwww.planejamento.gov.br%2Fassuntos%2Fforcamento-1%2Fforcamentos-anuais%2F2018%2Fploa-2018%2Fvolume-v.pdf&usq=AOvVaw1KFdoiRaw352JoZ7Jgrpm8](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=2ahUKEwjQgve1jczjAhV3IrkGHUD_DOAQFjAHegQIBxAC&url=http%3A%2F%2Fwww.planejamento.gov.br%2Fassuntos%2Fforcamento-1%2Fforcamentos-anuais%2F2018%2Fploa-2018%2Fvolume-v.pdf&usq=AOvVaw1KFdoiRaw352JoZ7Jgrpm8). Acesso em: 12/12/2019.

CAMARGO, R, B; MINTO, C. A. Escola sem partido? Uma análise com base na legislação e sob a ótica do financiamento. **Universidade e Sociedade**, Brasília, N. 61, p. 76-89, jan./2019.

CHASIN, J. **Método dialético**. Maceió, s/d, (mimeo).

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. Doze teses sobre a mundialização do capital. In: FERREIRA, C; SCHERER, A. F. **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas**. Lajeado: UNIVATS, 2005.

DAVI, J; SANTOS, M. E. A; RODRIGUES, R. K. E. Ditadura as Finanças, Apropriação do Fundo Público e Contrarreformas das Políticas Sociais. In: **Contrarreforma, Intelectuais e Serviço Social: as Inflexões na política de Saúde**. SILVA, A. X; NÓBREGA, M. B; MATIAS, T. S. C. (ORGs). EDUEPB: Campina Grande, 2017, p. 75-95.

DEMIER, F. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LIMA, D, G; LIMA, R. L. A EC-95/2016 e a educação superior no Brasil: a materialização perversa do Novo Regime Fiscal. **Universidade e Sociedade**, Brasília, N. 61, p. 46-57, jan./2019.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo, Boitempo, 2013.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACENO, E. T. **Educação reprodução social: a perspectiva da crítica marxista**. São Paulo: Instituto Luckács, 2017.

MANDEL, E. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio, 1990.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, R. M. Et al. **Economia: que bicho é este?** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARQUES, R. M; MENDES, A. **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas.** In: FERREIRA, C; SCHERER, A. F. **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas.** Lajeado: UNIVATS, 2005.

MARX, K. **Miséria da Filosofia.** São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, K. **O Capital.** Livro I, volume II. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social.** 7 ed. São Paulo, Cortez, 2015.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis: Vozes, 1998.

SALVADOR, E. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2010.

SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. In: **Revista Ser Social e Sociedade**, N. 130, São Paulo, p. 426-446, set./dez. 2017.

SILVA, S. P. As políticas econômicas brasileiras: e os desmontes das universidades públicas. **Universidade e Sociedade**, Brasília, N. 61, p. 94-105, jan./2019.

SOUZA, G; SOARES, M. G. M. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **SER Social**, Brasília, V. 21, N. 44, p. 11-28, jan.-jun./2019.

TEIXEIRA, S. O. Ataques ao orçamento da Seguridade Social: ofensiva do capital contra o trabalho. **Advir**, Rio de Janeiro, N. 36, p. 99-111, jul./2017.

TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica.** 2 ed. São Paulo: Coletivo Veredas, 2016.

VIEIRA, R. B. O programa para a educação superior de Jair Bolsonaro: empreendedorismo, controle e ofensiva sobre o fundo público. **Universidade e Sociedade**, Brasília, N. 61, p. 90-101, jan./2019.